

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.151 - SP (2019/0037812-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : APARECIDO CRISTIANO FIALHO (PRESO)
ADVOGADO : PEDRO NAVARRO CORREIA E OUTRO(S) - MS012414
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário interposto por **Aparecido Cristiano Fialho** contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que denegou o HC n. 50274914220184030000 (fls. 353/354):

HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO "NEPSIS". PRISÃO PREVENTIVA. INDISPENSABILIDADE. AFASTADA A ALEGAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL. BIS IN IDEM NÃO DEMONSTRADO. ORDEM DENEGADA.

O paciente foi preso preventivamente por força de decisão proferida no bojo da operação policial denominada "NEPSIS", instaurada para investigar um suposto esquema de corrupção envolvendo as Forças de Segurança Pública no Estado do Mato Grosso do Sul (em especial PRF, PM e Polícia Civil), visando à facilitação de contrabando de cigarros.

No curso das investigações, o paciente foi identificado como suposto "garantidor", pois, na condição de policial estaria transmitindo informações sobre fiscalizações e, ainda, omitindo-se em fiscalizar.

Trata-se de organização criminosa estruturalmente organizada e composta por muitos agentes com funções pré-determinadas (patrões, gerentes de logística, policiais garantidores pagadores, policiais garantidores, gerentes auxiliares, batedores, motoristas e olheiros), que, mediante a frequente corrupção de policiais, teriam criado denominados "corredores logísticos" com a finalidade de escoar o produto do contrabando e assim garantir o sucesso da empreitada delitiva. Ressalte-se, ainda, o longo período em que as atividades ilícitas vêm se desenvolvendo, a existência de diversas bases operacionais e escritórios administrativos e o poderio econômico dessa organização.

Há elementos concretos que evidenciam o risco à ordem pública, diante da gravidade concreta da conduta e da possibilidade de perpetuação das práticas delitivas, uma vez que a organização criminosa da qual o paciente supostamente faz parte estaria atuante até dos dias de hoje.

A prisão preventiva também se revelou indispensável para assegurar a aplicação da lei penal e por conveniência da instrução criminal, havendo indícios de atuação da organização criminosa no Paraguai, onde haveria uma base operacional, o que, segundo a autoridade impetrada, seria um facilitador à fuga.

A alegação de incompetência foi devidamente afastada pelo Juízo de origem, que fez constar que alguns dos delitos objeto da investigação (facilitação de contrabando e organização criminosa) não estariam abarcados

pela norma do art. 9º do C.P.M.

Não há elementos suficientes nestes autos para apreciação da alegação de "*bis in idem*". A cópia da denúncia oferecida perante a Justiça Militar do Estado do Mato Grosso do Sul não demonstra, por si só, a existência de *bis in idem*.

A via estreita do *habeas corpus* é imprópria para análise de matérias que demandam dilação probatória. Na presente hipótese, não restou demonstrado de plano, através da prova pré-constituída que acompanha esta impetração, o alegado constrangimento ilegal.

Ordem denegada.

Alega o recorrente, à fl. 371, que o processamento da Ação Penal n. 0002485-19.2016.403.6005, 'Operação Nepsis', quanto à pessoa do paciente Aparecido Cristiano Fialho (policial militar), trata-se de imposição de dupla penalização pelos mesmos fatos, o que não se pode admitir pelo princípio do *ne bis in idem*.

Requer a concessão da ordem para suspender o processo em curso na 2ª Vara Federal de Ponta Porã/MS, com a revogação da prisão cautelar, bem como seja determinada a instauração de Conflito Positivo de Competência entre a Vara da Auditoria Militar Estadual (Autos n. 0041935-80.20188.12.0001) e a 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária em Ponta Porã-MS (Autos n. 0002485-19.2016.403.6005).

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso, no qual, nesse exame preliminar, esclarece o acórdão impugnado, no tocante ao alegado *bis in idem*, que não há elementos suficientes nestes autos para apreciação dessa questão. A cópia da denúncia oferecida perante a Justiça Militar do Estado do Mato Grosso do Sul não demonstra, por si só, a existência de *bis in idem* (fl. 353).

Com efeito, os autos de *habeas corpus*, de cognição sumária, não

permitem a ampla incursão na análise de fatos e provas. Da mesma forma, o presente recurso ordinário não se revela o meio processual adequado para o fim de suscitar conflito de competência.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da **liminar** ora pretendida, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora.

Após a juntada das informações, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator